



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

Decreto nº 5.320, de 19 de agosto de 2021.

Regulamenta a Lei Complementar Municipal nº 4.763, de 19 de agosto de 2021, que especifica e dá outras providências.

Vanderlei José Marsico, Prefeito Municipal de Taquaritinga, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com base no art. 72, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Taquaritinga, e

Considerando que a Lei Complementar Municipal nº 4.763, de 19 de agosto de 2021, autoriza a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos do Município de Taquaritinga;

Considerando que o auxílio- alimentação, tem natureza indenizatória e não salarial e por isso é devido somente a servidores ativos e que se encontram em efetivo exercício de suas funções, para que possam ser ressarcidos dos custos despendidos com a refeição, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal,

Decreta:

Art. 1º. Fica regulamentada no âmbito do Município de Taquaritinga, nos termos deste Decreto, a Lei Complementar Municipal nº 4.763, de 19 de agosto de 2021, que autoriza a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos do Município de Taquaritinga.

Art. 2º. O auxílio-alimentação instituído pela Lei Complementar Municipal nº 4.763, de 19 de agosto de 2021:

I - não tem natureza salarial ou remuneratória;

II - não se incorporará, para quaisquer efeitos, aos vencimentos ou proventos, bem como sobre ele não incidirá vantagem alguma a que faça jus o servidor, vedada, assim, sua utilização, sob qualquer forma, para cálculo simultâneo que importe em acréscimo de outra vantagem pecuniária;

III - não será computado para efeito de cálculo do décimo-terceiro salário;

IV - não constituirá base de cálculo das contribuições devidas ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Taquaritinga.

Art. 3º. Terão direito ao auxílio-alimentação os servidores da administração direta e indireta, bem como os casos previstos nos incisos I, II, III e IV do art. 1º da Lei Complementar Municipal nº 4.763, de 19 de agosto de 2021, excluindo-se assim o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais.

Art. 4º. O auxílio-alimentação será concedido uma única vez, em caso de acúmulo regular de cargos, empregos ou funções.

Art. 5º. O auxílio-alimentação terá caráter pessoal e será concedido individualmente a cada servidor, por meio de depósito na conta indicada pelo servidor,



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

sempre até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao trabalhado, havendo possibilidade orçamentária e financeira, correspondente ao valor estabelecido pela Lei Complementar nº 4.763, de 19 de agosto de 2021, e suas alterações posteriores.

Parágrafo Único. O período de apuração da efetividade, para concessão do auxílio-alimentação, fica compreendido entre os dias 1º e 30 do mês anterior.

Art. 6º. Não farão jus ao recebimento do auxílio-alimentação, os servidores:

- I - em gozo de férias;
- II - em licença para casamento;
- III - em licença para tratamento de saúde;
- IV - em licença por motivo de doença em pessoa da família;
- V - em licença para repouso de gestante, licença maternidade, licença paternidade ou licença por adoção;
- VI - em licença para serviço militar;
- VII - em licença para trato de interesses particulares;
- VIII - em gozo de licença prêmio;
- IX - em luto pelo falecimento do pai, mãe, cônjuge, filho ou irmão;
- X - em licença por acidente em serviço ou doença profissional;
- XI - em licença para desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal;
- XII - em licença para exercício de cargo de provimento em comissão em órgão da União, dos Estados e de outros Municípios, inclusive suas autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações;
- XIII - em licença para missão ou estudo, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Prefeito;
- XIV - afastados do cargo por motivo de suspensão;
- XV - que faltarem ao serviço, mesmo que faltas abonadas ou justificadas;
- XVI - receber suspensão das atividades, em razão de penalidade administrativa, na forma da lei;
- XVII - em razão de reclusão;
- XVIII - inativos e pensionistas.

§ 1º. Excetuam-se do disposto neste artigo e farão jus ao recebimento do auxílio-alimentação os servidores afastados:

- I - em virtude de convênios assinados com órgão públicos e entidades do Município;
- II - em cumprimento de mandato de dirigente sindical ou classista, na forma da legislação específica;
- III - convocados para Júri e outros serviços obrigatórios fixados por lei.

§ 2º. O pagamento do auxílio-alimentação nos casos previstos no § 1º será calculado proporcionalmente com base no número de dias úteis do período.

§ 3º. Os demais afastamentos do servidor, ainda que considerados como efetivo exercício pela legislação municipal, não ensejarão o pagamento do auxílio-alimentação.

Art. 7º. O pagamento indevido do auxílio-alimentação caracteriza falta grave, sujeitando o servidor responsável pelo apontamento da frequência ou a autoridade competente às penalidades previstas em lei.

Parágrafo único. Os valores indevidamente recebidos serão restituídos ou compensados no mês subsequente.



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

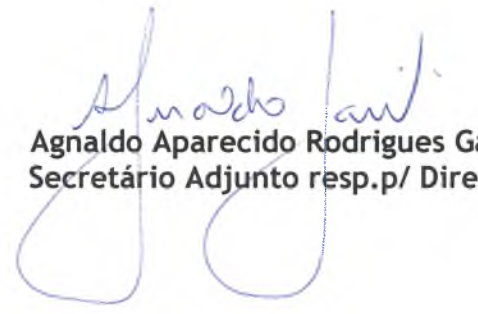
Art. 8º. Os casos omissos em relação aos direitos de concessão do auxílio-alimentação poderão ser decididos por ato da Secretaria Municipal de Administração, tendo em vista o necessário exercício do cargo para a obtenção do benefício de que trata este Decreto.

Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 20 de agosto de 2021.

Prefeitura Municipal de Taquaritinga, 19 de agosto de 2021.


Vanderlei José Marsico
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Diretoria de Expediente e Publicações, na data supra.


Agnaldo Aparecido Rodrigues Garcia
Secretário Adjunto resp.p/ Diretoria